

Termos Territoriais Coletivos no Brasil: Aprendizados, Desafios e Perspectivas

Felipe Litsek: [00:00:00] Bom dia, boa tarde, boa noite a todos e todas. Estamos dando uns minutinhos, em breve vamos começar o nosso webinar. [00:01:00]

Bom, bom dia, boa tarde boa noite a todos e todas. Eu me chamo Felipe, sou da organização Comunidades Catalizadoras e nós vamos dar início ao nosso webinar Termos Territoriais Coletivos no Brasil, Aprendizados, Desafios e Perspectivas. É um prazer estar aqui com todos e todas vocês, queria agradecer muito pela presença e a gente espera ter uma discussão muito produtiva e interessante [00:02:00] sobre o TTC aqui, o movimento do TTC aqui no Brasil.

Bom, esse webinar faz parte do encontro virtual global do TTC, é uma iniciativa do International Center for Community Land Trust e do Rondo Community Land Trust, que está organizando esse encontro virtual nos meses de maio e junho de 2026, com diversos eventos para discutir o instrumento do TTC em diferentes contextos.

Então, é uma iniciativa... Inédita é a primeira edição desse encontro virtual global e temos uma série de organizações que estão no apoio dessa iniciativa inclusive a CONCAT aqui no Brasil. Ao longo dos meses de maio e junho, vamos ter 11 eventos diferentes em [00:03:00] diversos países como Austrália Canadá, Brasil, Porto Rico, Europa, Estados Unidos e é uma oportunidade muito interessante de conhecer a fundo e escutar de pessoas que estão no dia a dia usando o TTC como uma ferramenta para a garantia do direito à moradia nos seus contextos.

Então, para vocês acessarem toda essa programação, é só entrar no site do Centro Internacional dos Termos Territoriais Coletivos, que lá vocês encontram todos os webinários que estão sendo organizados. Bom, e no webinar de hoje, a gente vai falar da nossa experiência brasileira. Eu sou subcoordenador do projeto TTC na CONCATE e, além, vou estar moderando o evento hoje e a gente vai ter a fala da Tarsila que é a coordenadora do projeto TTC na CONCATE, Cláudia Pires, arquiteta e doutora em [00:04:00] arquitetura e urbanismo, Jurema Constâncio, da União Nacional por Moradia Popular e o Pedro Lima, da Universidade de São Paulo.

Então, são pessoas que estão envolvidas pessoalmente no movimento do termo territorial coletivo no Brasil e essa mesa reflete uma diversidade. Nós vamos ter representantes da academia, do movimento socialista E de uma organização da sociedade que está atuando com o tema da arquitetura e urbanismo para fins de moradia.

Antes da gente começar, a gente tem algumas diretrizes em termos de linguagem. Primeiro, qualquer pergunta que vocês queiram fazer, é só usar o box do chat na parte de perguntas. A gente vai ter a gravação da sessão e o envio de um relato para todos. E essa sessão oferece legendas ao vivo e interpretação simultânea através do Wordly.

E para vocês acessarem [00:05:00] essa ferramenta, é só entrar no chat do Zoom e selecionar a sua língua de preferência. Qualquer dificuldade de acessar essas legendas é só escrever no chat que a gente tem um apoio técnico para qualquer dificuldade. Bom, então, antes de eu passar a palavra... participantes, eu vou fazer uma breve apresentação sobre o histórico do termo territorial coletivo no Brasil.

Particularmente a partir da experiência do Projeto TTC. O Projeto TTC é projeto vinculado à CONCAT, que surge em 2018. E que tem sido o principal agente que está protagonizando a introdução do instrumento do termo territorial coletivo no Brasil. Então, vou fazer um breve estudo histórico e logo depois eu passo a palavra...

Para cada um dos palestrantes. Bom, então, qual é o contexto da chegada do [00:06:00] instrumento do TTC no Brasil? O projeto surge em 2018, logo depois do Rio de Janeiro ter passado pelo maior ciclo de remoções da história da cidade. Então, a gente teve 20 mil famílias removidas entre 2009 e 2016 no contexto dos mega-eventos As Olimpíadas, o Pan-Americano, a Copa do Mundo e, principalmente, a ascensão de uma visão empresarial sobre a cidade do Rio de Janeiro, na qual favelas e comunidades de baixa renda em áreas valorizadas não foram beneficiadas muito pelo contrário foram vulnerabilizadas por essa iniciativa.

Ao mesmo tempo, na mesma época, o Rio de Janeiro era uma cidade que estava sofrendo um aumento dos custos de vida na cidade e a gente tinha também uma [00:07:00] mudança estrutural na nossa política de regularização fundiária, na qual passou, a partir de 2017, com o novo marco nacional da regularização fundiária, passou a se transformar numa política muito orientada pelo título individual.

Então, a titulação individual da propriedade passou a ser vendida como uma solução para regularização fundiária de favelas e comunidades urbanas. Então, diante desse contexto, que as remoções impactaram dezenas de milhares de famílias do Rio de Janeiro, O aumento dos custos de vida tornaram mais difíceis a permanência de pessoas de baixa renda nos seus bairros, a regularização fundiária passou a ser orientada por uma visão de que mais mercadológica, a gente começa a sentir uma ausência de mecanismos que garantam segurança da posse [00:08:00] e a permanência das comunidades nos seus territórios.

E ativistas pesquisadores, organizações da sociedade no Rio de Janeiro começam a olhar para soluções no cenário internacional. E a gente encontra uma experiência muito interessante, que é o caso de Porto Rico, com o termo territorial coletivo foi instaurado no contexto de favelas. Aqui algumas imagens que mostram um pouco esse contexto, esses pontinhos rosas no mapa de cima foram as favelas e comunidades que foram removidas e essas casas amarelas do lado esquerdo os conjuntos habitacionais para onde as pessoas foram levadas.

E no Rio de Janeiro, essa zona mais aqui à direita do mapa é a área central e a zona norte [00:09:00] e a zona mais à esquerda é zona oeste, onde estão as franjas urbanas as periferias, é uma área bastante distante do acesso aos serviços e o mercado de trabalho. Então a gente teve efetivamente um movimento de remoção de comunidades em áreas centralizadas para zonas mais distantes da cidade, justamente nessa lógica de...

de preparar a cidade para esses mega-eventos que vinha recebendo. Em 2014, o Rio de Janeiro foi a cidade que mais encareceu no mundo, então totalmente em linha com esse projeto para a cidade para vender a marca do Rio de Janeiro no mundo e os mega-eventos tiveram papel fundamental nisso. E alguns ativistas da cidade encontram na experiência de Porto Rico, no FIDEI Comício de La Terra Caio Martim Penha, um instrumento muito importante para defender o direito à permanência a segurança da [00:10:00] posse dessas comunidades.

Bom, então o projeto TTC surge em agosto de 2018 a partir de uma série de oficinas com a participação de uma delegação dessa experiência de Porto Rico, que vem ao Brasil e compartilha com a gente como a comunidade... aconteceu a experiência, quais foram os aprendizados, quais foram os impactos e a partir de cinco dias de oficinas e intercâmbios, no qual participaram órgãos públicos como o ITERG e a Defensoria Pública, pesquisadores de universidades, outras organizações da sociedade, lideranças comunitárias de favelas e movimentos sociais, após esses cinco dias de oficina, o projeto TTC oficialmente é lançado.

E a gente forma... forma um grupo de trabalho multidisciplinar que passa a trabalhar com o objetivo de buscar [00:11:00] desenvolver projetos pilotos de termos territoriais coletivos no Brasil e garantir que esse instrumento venha a ser uma realidade no nosso país. Então algumas fotos dessas oficinas em 2018, aqui a gente vê a Jurema que está aqui na nossa live hoje participando desde o princípio do projeto.

E o projeto TTC, ele então surge e se divide em três frentes de trabalho, e essas frentes de trabalho é como a gente atua até hoje, mobilização, legislação e difusão. Vou falar um pouquinho de cada frente de trabalho para entender como que a gente atua. A mobilização é uma frente fundamental que se dedica a desenvolver os projetos pilotos de TTCs em algumas comunidades que demonstram interesse no modelo.

Então, em 2018, quando o projeto começa, parte das estratégias é [00:12:00] encontrar comunidades que tenham condições favoráveis para a implementação do termo territorial coletivo e que demonstrem um interesse no modelo a partir de diferentes possibilidades. Então, pode ser que seja uma comunidade que esteja enfrentando um processo de remoção ou uma comunidade altamente afetada pela especulação população imobiliária, ou uma comunidade que deseja fortalecer uma estrutura de gestão coletiva.

Então, de início, a gente começa a trabalhar com o Trapicheiros e o Grupo Esperança, mas, à medida que o tempo avança, a gente começa a trabalhar com outras comunidades da cidade, como a Terra Prometida, a Cooperativa Shangri-La e a Vila Autódromo E, de uns anos para cá, a gente vem ampliando esse debate para além do Rio, Rio Janeiro, e trabalhando com comunidades e ocupações e organizações em outros estados.

Então, a gente já realizou oficinas na [00:13:00] comunidade Cobra Coral em Brasília, na Vila do Joque, também em Brasília, na ocupação em busca de uma moradia em São Carlos e, atualmente, estamos iniciando uma parceria com uma favela que é a Jardim Leni, em São Paulo. Então, esse trabalho com as comunidades faz toda parte da frente de legislação e, aqui, eu trago algumas fotos das nossas oficinas.

O projeto se organiza para estar mensalmente nas comunidades desenvolvendo diferentes ações. Parte das nossas preocupações nas comunidades é de montar a estrutura jurídica do TTC, o que envolve criar uma associação comunitária que seja, de fato representativa dos moradores e discutir regramentos territoriais. Todo o processo é muito guiado pela comunidade.

A ideia é que os moradores sejam protagonistas em algumas [00:14:00] das nossas atividades. E, aqui alguns marcos dessa frente de legislação. Ao longo desses sete anos de projeto, nós alcançamos mais de 900 moradores, não só no Rio de Janeiro, mas em outros estados brasileiros. Foram mais de 130 oficinas comunitárias realizadas, nós conseguimos formalizar duas associações comunitárias, uma no Esperança e outra em Xangrilá, e aprovamos regimentos territoriais em duas comunidades também.

Bom, a segunda frente de trabalho é a legislação. Na época que o projeto surge, nós fizemos um estudo jurídico que indica que o TTC pode ser implementado no Brasil com o que temos à disposição no nosso ordenamento jurídico. Mas, apesar de a gente já ter ferramentas para viabilizar um instrumento, houve um consenso de que ter uma legislação específica [00:15:00] sobre o TTC, é importante.

É importante para garantir mais segurança, as experiências, é importante para superar obstáculos de ordem burocrática e é importante também para poder ampliar o debate público, poder fazer com que o TTC chegue nas esferas institucionais. Então, nós formamos um grupo de trabalho, o GT Legislação, para discutir como seria uma lei do termo territorial coletivo.

E, ao longo de dois anos, de reuniões, nós chegamos em diversas propostas de regulamentação legal sobre o TTC. Essas propostas foram muito debatidas com diferentes atores, não só especialistas da área jurídica, mas também lideranças de comunidades, pessoas da arquitetura do planejamento urbano. E essas propostas legislativas passaram a ser usadas a partir de momentos em que oportunidades se abriram para a gente poder...[00:16:00]

Propor e aprovar leis sobre o termo territorial coletivo. E a gente, depois de muitos anos, tivemos diversos marcos também. Nós realizamos uma série de audiências públicas sobre o termo territorial coletivo, na Câmara não só do Rio de Janeiro, mas de Salvador também. Nós elaboramos um projeto de lei federal do TTC que se encontra em tramitação hoje no nosso Congresso e acaba de ser aprovado na Comissão Foi desenvolvimento urbano.

Nós conseguimos inserir o TTC em seis planos diretores no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro, São João de Meriti, Magé, Maricá, Biguassu, em Santa Catarina e, mais recentemente em Brasília. Foi aprovado o plano diretor com a previsão do termo territorial coletivo. Temos também tido uma preocupação em capacitar assessores parlamentares para a gente trazer [00:17:00] esse debate para as pessoas que estão na linha de frente da política e também mais

recentemente no ano passado aprovamos o TTC no plano de habitação do Rio de Janeiro.

É a primeira vez que a cidade formula o seu plano de habitação de interesse social e ela inclui o termo territorial coletivo como um instrumento estratégico para endereçar o problema da habitação na nossa cidade. Então essa série de iniciativas e conquistas faz com que nós tenhamos hoje no Brasil um quadro normativo mais favorável para a implementação do instrumento do termo territorial coletivo.

Por fim nós temos aqui... Aqui é a frente de difusão e dentro dessa frente nós buscamos ampliar o debate acerca do termo territorial coletivo pelo Brasil, sair um pouco do Rio de Janeiro e poder dialogar com movimentos sociais, organizações da sociedade, lideranças e pesquisadores em outros estados [00:18:00] do Brasil.

Essa frente surge justamente na pandemia, na qual nós tivemos um movimento de migração para o meio virtual. E apesar dos desafios em continuar o trabalho de campo nas comunidades nesse meio, a gente entendeu que era uma situação estratégica era uma oportunidade estratégica para poder alcançar outros espaços, outras pessoas e outros estados do Brasil.

Parte das estratégias na frente de difusão incluem uma produção acadêmica, então hoje a gente tem dezenas de artigos teses de mestrado e doutorado, falam do TTC a nível do Brasil. Nós também prestamos assessoria técnica para grupos interessados em implementar o instrumento em outros estados, inclusive com visitas in loco por parte da equipe.

Dialogamos com diversos atores, como eu mencionei, e realizamos uma série de [00:19:00] eventos como lives, eventos públicos intercâmbios, visitas técnicas, justamente para que o TTC seja mais conhecido a nível nacional e possa ser apropriado e defendido por diferentes atores. Um destaque, alguns destaques dessa frente de difusão, a gente tem a realização dos nossos seminários nacionais do TTC.

Desde 2021, a gente organiza um seminário nacional, um evento de grande porte, em que participaram historicamente centenas de pessoas. E foram oportunidades para ampliar o debate sobre o termo territorial coletivo. Nós realizamos quatro edições do Seminário Nacional e todas estão disponibilizadas no nosso site.

A gente tem uma presença nas redes sociais, então temos uma página de Instagram, do Facebook, do YouTube e uma série de outras [00:20:00] redes. Então, quem não nos acompanha ainda, por favor, entre nas nossas redes e acompanhe o projeto. A gente sente um crescimento de iniciativas interessadas sobre o TTC em outros estados e aqui vale mencionar que em 2021, após a realização do Seminário Nacional, surge um grupo que passou a se chamar de...

um grupo de trabalho de multiplicadores, o GT de multiplicadores do TTC, que foram pessoas de diferentes estados três estados brasileiros, que se demonstraram interessadas e com vontade de ter um acompanhamento mais fixo sobre o TTC. E esse grupo de trabalho se reuniu ao longo dos anos de 2022 e 2023 e são os nossos parceiros em outros estados brasileiros.

Nós tivemos uma presença no Fórum Urbano Mundial de 2024 e teremos outra agora em 2026. [00:21:00] Nós conseguimos fortalecer a presença do TTC num debate público mais amplo sobre o direito à moradia e a política urbana. E um marco disso foi a inclusão do TTC na Plataforma de Lutas pelo Direito à Cidade na época da Conferência Popular pelo Direito à Cidade e uma série de outras cartas manifestos e esferas de participação social para o direito à moradia no Brasil.

Então, tudo isso fez com que o termo territorial coletivo saísse de um instante. O instrumento pouco conhecido em 2018 para um modelo difundido pelo Brasil, para um modelo em que movimentos sociais conhecem, se apropriam, que a universidade está produzindo conhecimento e pesquisa e que a gente possa tornar ele como uma alternativa possível e viável para [00:22:00] a garantia do direito à moradia, segurança da posse e desenvolvimento comunitário no nosso país.

Então, alguns reconhecimentos ao longo de todos esses anos, uma difusão do TTC em planos diretores, como eu já mencionei o nosso projeto de lei federal, que se for aprovado nós vamos ter um marco legislativo nacional sobre o termo territorial coletivo, mais de 60 trabalhos acadêmicos publicados nos últimos seis anos, o projeto alcançou mais de 4.500 pessoas com atividades e informações sobre o TTC, e como eu mencionei, a gente vem sentindo que o termo territorial coletivo está com uma presença cada vez maior no debate nacional sobre cidades, sobre direito à moradia e regularização fundiária.

Bom, agora compartilhando uma novidade, nós acabamos de receber a notícia que somos finalistas do [00:23:00] concurso do UHPH como Prática Inspiradora de Habitação, o Urban Housing Practitioners Hub, e são três projetos finalistas, e nós vamos receber a notícia na semana que vem, então mais um marco. E

queria finalizar essa apresentação sobre o histórico do projeto, convidando todos e todas para acessar os nossos sites, o nosso site as nossas redes sociais, para acompanhar um pouco mais dessa história e tudo o que foi conquistado ao longo desses anos.

Eu vou interromper agora a apresentação porque eu gostaria de ouvir dos nossos palestrantes de hoje, e nós preparamos a seguinte pergunta, chave para guiar esse debate, a pergunta é, quais são os aprendizados, desafios e perspectivas para o TTC no Brasil, considerando a sua trajetória até aqui? [00:24:00] Então, eu queria passar a palavra primeiro para a Jurema Constâncio, da União Nacional por Moradia Popular, para ela compartilhar um pouco de como ela...

Ah, não, perdão desculpe, Estou vendo que a Tarsila está aqui no nosso webinar, então vamos começar com a Tarsila Fidal, coordenadora do projeto TTC, para passar o seu relato de como tem sido todo esse tempo do movimento do TTC no Brasil. Tarsila está com você.

Tarcyla Fidalgo: Obrigada Filipe, obrigada a todo mundo. Quero pedir desculpas pelo meu atraso mas, como o Filipe deve ter falado, a gente estava em processo de votação de uma lei específica do TTC aqui no município do Rio de Janeiro.

Para quem nos acompanha de fora do Brasil, o Brasil tem um sistema legal bastante complexo então, mesmo que a gente aprove determinado instrumento no plano diretor, isso não significa... Que ele seria [00:25:00] auto-aplicável, então, tem uma série de etapas a serem vencidas, e, enfim, isso é um marco muito importante para o projeto, então, eu tive que ir de última hora na Câmara de Vereadores mas, enfim, estou de volta.

É um prazer estar aqui, celebrando mais um Dia Internacional dos TTCs ou dos Community Land Trusts Eu quero falar um pouco, para não repetir a fala do Felipe, que fez uma apresentação sobre o nosso histórico, eu quero falar um pouco de como esse desenvolvimento do interesse no TTC se deu aqui. Quando nós começamos em 2018, só havia um trabalho acadêmico que mencionava o tema do Scammin It'll End Trust, mas de uma forma muito rasa, como um exemplo, não havia nenhum debate, nenhum conhecimento sobre a experiência de [00:26:00] Porto Rico, sobre as experiências bem-sucedidas dos Estados Unidos, do Reino Unido da Europa continental.

Então, nós começamos realmente um trabalho do zero, no sentido de trazer o TTC para o debate, para o debate público, para o debate acadêmico, para o debate político. E, como se pode imaginar, é muito desafiador trazer um tema

para o debate a partir da sociedade civil. Nós costumamos haver muitos temas sendo introduzidos pelos políticos, sendo introduzidos às vezes, por organismos internacionais, em seminários, em grandes eventos mas a introdução de um tema, de um conceito pela sociedade civil, a partir de um processo, de mobilização de moradores vulnerabilizados, é realmente algo muito [00:27:00] inovador que eu não tenho notícias de ter ocorrido antes no Brasil.

Nós tivemos aqui o Movimento pela Reforma Urbana, Que deu origem ao nosso Estatuto da Cidade, que é uma legislação brasileira que pretende dar conta de toda a política urbana. Então, claro, que o Movimento pela Reforma Urbana também trouxe ali, a voz da sociedade civil no que se refere às temáticas das cidades, mas essa dimensão de trazer os moradores, de trazer a raiz de trazer a população não tinha, até então, ficado tão clara.

E a mobilização em torno do tema do TTC também faz muito sentido no nosso país. O Brasil, assim como muitos outros países do mundo, em especial países do sul global, ele tem um problema crônico histórico, relacionado à habitação de [00:28:00] interesse social. E é claro que esse problema já foi levantado e atacado por uma série de políticas públicas movimentação da sociedade civil, dos movimentos sociais.

Mas fato é que, apesar de toda a mobilização em torno dessa temática, a gente nunca conseguiu unir conceitualmente o direito à moradia com o direito à terra. Ou nós ficávamos muito centrados no direito à moradia na construção das casas, em garantir que as pessoas tivessem um lar, um local. Ou nós ficávamos muito concentrados nos instrumentos que garantiriam uma documentação relacionada à terra.

E eu acho que o TTC faz essa junção de uma maneira muito importante. E é uma junção que faz muito sentido considerando a história dos [00:29:00] movimentos sociais e da sociedade civil brasileira, mas que ainda não tinha sido feita, ainda não tinha sido trazida. A partir de um elemento. Então eu acredito que durante essa nossa trajetória de oito anos, ou quase oito anos, a gente teve uma identificação muito fácil com as lutas populares.

Exatamente porque todos, todos e todas, toda a sociedade civil buscava esse link, buscava essa conexão entre a terra e a moradia. Isso é muito importante, porque nós sabemos que no capitalismo, especialmente na etapa atual de financiarização, de neoliberalismo, existe uma tendência de se querer uma apropriação da terra.

A terra, que [00:30:00] sempre teve muito valor dentro do capitalismo, sempre foi um desafio para a acumulação rentista, ela volta de uma maneira muito protagonista a cena. Então, a gente começou a perceber, enquanto sociedade civil, que a garantia do direito à moradia passava necessariamente pela garantia do direito à terra.

E quando a gente fala de direito à terra, de direito à moradia no Brasil e também em outros países, a gente está acionando políticas, leis, grupos partidários muito complexos. A gente está mexendo na história do nosso povo. E vale lembrar que o Brasil foi um país invadido por Portugal, colonizado, teve suas terras divididas De maneira arbitrária, sempre trouxe essa questão da terra enquanto [00:31:00] prestígio social, da terra enquanto poder político.

Então, é um país com complexidades muito grandes relacionadas a essa temática. E enfrentar esse tema é muito desafiador. Nós temos parlamentares e ativistas progressistas que já correram risco de vida e alguns até chegaram sofrer atos de violência relacionados exatamente à sua atuação nessa luta, nessa luta pela moradia, nessa luta pela terra.

Então, esse nosso avanço em oito anos de um instrumento completamente desconhecido para um instrumento que vem sendo discutido, que tem um espaço na política, que tem um espaço no debate acadêmico, ele é, de fato, muito encorajador para que a gente continue buscando os meios para, de [00:32:00] fato fazer com que o termo territorial coletivo ou o Community Land Trust aconteça.

Muito embora a gente ainda não tenha um PTC, formalizado no país, com toda a documentação com tudo corretamente, a gente também, ao longo desse período, como o Felipe destacou na apresentação dele, a gente teve avanços muito relevantes na mobilização comunitária. As comunidades mesmo que ainda não tenham alcançado a plenitude do modelo, elas vêm se beneficiando ao longo dos anos, do processo de organização trazido pelo TTC, pelo Community Land Trust.

Esse processo de organização passa desde a formalização de uma associação de uma pessoa jurídica, passa pela reflexão sobre as regras que vão incidir no território, passa pela reflexão sobre o futuro [00:33:00] daquela comunidade O que precisa ser trazido para empoderar aquelas pessoas, para trazer uma dimensão de produção, de...

de renda para trazer uma dimensão de desenvolvimento territorial a partir do protagonismo dos moradores. E isso também é um marco que eu queria destacar

desse período de termo territorial coletivo no Brasil. É destacar que o processo em si tem se mostrado como um ganho para essas populações. Para além, é claro, do nosso objetivo de ter um TTC constituído formado, para além de todo o reconhecimento que o Felipe já trouxe, de todo o crescimento, o processo em si, ele já vem se mostrando benéfico E é por isso que a gente acredita...

Que o TTC, o Community Land Trust, ele é um modelo que precisa ser mais explorado no sul [00:34:00] global como um todo. Nós não estamos unidos em uma categoria só à toa. Embora sejamos muito diferentes, temos aí desafios muito próximos. E essa questão da terra e da moradia ela parece permear a grande maioria dos países que compõem esse grupo do sul global.

E, nesse sentido, a busca por essa ferramenta, ela não só traz uma nova perspectiva jurídica uma nova perspectiva formal de apropriação e permanência no território, mas ela também permite que os grupos, que as comunidades que os assentamentos informais já existentes se beneficiem também desse processo de organização trazido pelo TTC.

Então, eu quero encerrar minha fala, mais uma vez destacando. O protagonismo dos moradores, destacando o protagonismo da população nessa [00:35:00] nossa trajetória de oito anos e destacando que, sem eles, nada disso é possível. O TTC não é um instrumento técnico, não é um instrumento que aliados pensam ou que a universidade pensa e aí vê se dá certo.

O TTC é um instrumento construído cotidianamente junto com os moradores. Então, acho que esse é... Talvez o ponto mais relevante que eu queria trazer para o debate. Obrigada.

Felipe Litsek: Muito obrigado, Tarsila. E eu acho que isso faz uma excelente ponte para a nossa próxima palestrante, que é a Jurema Constâncio.

Tarsila termina a fala falando do protagonismo comunitário. Então, quero muito ouvir a Jurema sobre a sua perspectiva nisso tudo. Jurema que é moradora e liderança comunitária da Cooperativa Shangri-La e militante da União Nacional por Moradia Popular Jurema, por favor.

Jurema Constancio: Bom boa tarde. Vocês estão me ouvindo?

Felipe Litsek: [00:36:00] Estamos, sim.

Jurema Constancio: Bom, boa tarde a todos e todas. O Felipe me apresentou, mas eu vou continuar na apresentação. Eu sou Jurema Constâncio, sou

moradora da Cooperativa Shangri-La, primeira cooperativa de habitação popular do Estado do Rio de Janeiro, e sou coordenadora estou no papel de coordenação da União Nacional por Moradia Popular.

Obrigada movimento está em 17 estados, e a gente vem fazendo essa costura para que os estados compreendam o que significa o TTC e a gente possa aplicar em outros estados também, porque a gente entende a necessidade que há dessa questão do TTC. Por que eu falo isso? Nós vemos... Eu estou há 30 anos já no movimento de moradia aqui no Rio de Janeiro.

E a gente percebe uma dificuldade muito grande, que é exatamente a questão do acesso à terra. E aí eu acho que o grande desafio é a gente conseguir aprovar o TTC [00:37:00] e a gente fazer com que as comunidades territórias, famílias pessoas compreendam e partilhem dessa proposta que eu digo que é uma proposta nova, porque a gente conhece vem conhecê-la há pouco tempo.

Mas que é um sonho já há muito tempo de a gente ter essa questão de um TTC, que hoje a gente consegue entender esse nome. Mas é uma proposta que a gente vem discutindo há muito tempo já em relação aos projetos de moradia. Para o movimento popular é muito difícil você ficar anos-luz brigando por uma terra e depois a gente ver a própria entidade o próprio movimento, as próprias famílias brigando para vender aquilo que provavelmente não seria dela.

A partir de que a gente está falando de um movimento onde a briga é coletiva e depois isso torna individualizado. Então, a cooperativa Shangri-La é uma cooperativa construída dentro da favela onde a especulação [00:38:00] imobiliária é muito forte. Nós estamos falando aqui do território da Zona Oeste do Rio de Janeiro, bem próximo à Barra da Tijuca, Onde nós avaliamos que hoje é um dos metros quadrados mais caros do Rio.

Então, a especulação imobiliária pegando tudo quanto é fundo de quintal e construindo um prédio. E aí, automaticamente acontece um pouco do que a gente viu com a Vila Otódromo, que é a prefeitura do Rio. O ela faz? Ela usa o programa Minha Casa Minha Vida para a especulação imobiliária. Ela usa o Minha Casa Minha Vida para tirar as famílias dos seus territórios e colocar em outros territórios que muitas vezes elas não se adaptam por uma série de questões para a escola do filho.

Então, acho que o desafio maior é esse. É fazer com que as famílias compreendam que morar numa propriedade coletiva significa que é uma briga uma luta que é feita há anos e anos e anos para adquirir aquela terra e que, na

verdade, essa terra não é uma briga de uma [00:39:00] pessoa ou de uma família. É uma briga de um coletivo de pessoas.

Então, acho que esse é um dos grandes desafios. Quando eu conheço A proposta do TTC Eu sou filha de mineiro E aí deve ter mineiro aqui A Cláudia é mineira, Cláudia O Pedro é mineiro Então, se eu sou filha de mineiro com carioca Eu sou muito desconfiada Então, quando eu ouço Falar do TTC pela primeira vez Eu fiquei meio aqui preocupada Mas é aquilo É igual você comer giló Não adianta você olhar para o giló e falar que ele é ruim Você tem que experimentar o fruto Para saber se ele é ruim ou não E hoje é uma das coisas que eu mais gosto de comer E é uma das coisas que eu mais gosto De fazer é discutir o TTC Porque quando a gente começa a xangrelar A gente cria uma cooperativa A partir das experiências vindas do Uruguai E aí, essa experiência No primeiro momento Ela se adapta no Brasil, no Rio de Janeiro Por isso que eu falei que a primeira cooperativa De habitação popular Ela se [00:40:00] adapta bem porque todo mundo queria ter Sua moradia E aí a gente costuma dizer Hoje, para mim, a moradia Já não é mais quatro paredes Então a moradia, para mim, é muito maior que isso A gente tem uma frase que a gente usa muito Que a moradia é porta de entrada Para todos os outros direitos E aí eu estou incluindo aqui o direito à moradia A morar com tranquilidade Sem partir do princípio Que eu vou ter uma briga com o meu vizinho amanhã Que estava junto comigo na luta E que por algum momento ele quer vender Uma fração da terra que não é dele É do coletivo Então quando eu ouço falar do TTC Na primeira momento eu fico meio desconfiada Como diz o popular do mineiro Escabriada Mas depois eu vou entender Vou procurar entender Antes de questionar eu vou procurar entender E aí assim, quando a gente começa o Shangri-La A gente tem uma advogada chamada Doutora Eliana Taíde E que a gente já vinha fazendo A Fundação Beto Rubião Essa advogada Que já se foi Então eu já vinha conversando muito com ela Tentando [00:41:00] transformar A propriedade de Shangri-La A terra de Shangri-La Numa propriedade coletiva Porque nós moramos coletivamente E aqui a cooperativa Ela é construída no tipo um U E aí assim, casa em cima Família em cima e família embaixo Então qual é o argumento Que eu usei na ocasião Para trazer o TTC até aqui Era dizer o seguinte, olha Se eu tenho 50 metros quadrados Que eu moro embaixo E aí eu não tenho terra para construir para frente Eu não tenho terra para construir para trás Nem para os lados Eu não posso ter um tamanho maior de casa Do que quem mora em cima Ou ao contrário Quem está em cima Não poderia ter um tamanho de casa maior Já que ele tem uma laje Que ele poderia construir para cima Se o padrão aqui é 50 metros quadrados É um acordo para todo mundo E a gente ficou nessa perspectiva De que a cooperativa era O sonho, o nosso sonho.

E quando eu vejo o TTC, eu começo a observar que o sonho é maior que isso. O sonho está dentro [00:42:00] daquilo que eu falava lá no passado, que era

transformar essa propriedade legalmente numa propriedade coletiva. E diziam para mim assim, não mas é uma cooperativa. Ninguém mexe com vocês. E aí, quando eu descubro a minha companheira, parceira amiga, camarada, Tarsila Fidalgo, não puxando babosa para ela, mas dizer que, assim, a gente se entende na linguagem a entende no olhar.

Eu comecei a ouvir melhor a Tarsila e comecei observar que a proposta do TTC para atender essa demanda de Xangri lá era o que a gente estava esperando. Porque a cooperativa ela era uma cooperativa voltada para construir as 29 casas. Dali para frente não tinha mais cooperativa. E o que acontece nesse período?

A gente vai buscar a informação de como está a questão do terreno. E a gente tinha dois terrenos um comprado no nome de uma pessoa e outro comprado em outro, pela Igreja Católica, que diz que é da cooperativa. E quando a gente vai no cartório, não era nem de um nem de outro. É um contrato de gaveta que tem lá E que, na [00:43:00] verdade, o dono era a pessoa lá do passado que vendeu.

Então, continuava no nome dela. E aí, isso me tirou alguns sonos algumas noites de sono, porque eu fiquei muito preocupada. Porque a questão da especulação, como eu falei anteriormente, aqui é muito forte. E aí, a gente ficou buscando a alternativa de como resolver. E aí, assim, eu vejo o TTC como uma... uma porta, uma janela, uma casa aberta para a gente poder, de alguma forma, resolver algumas situações em relação à cooperativa Xangrelá.

Até porque quem fundou, alguns já se foram e ficaram netos filhos, e que a cabeça já não é aquela do passado que pensa em ganhar um dinheiro, vender uma casa por 100, 50 mil reais, que aí sai daqui e vai para um outro território que não consegue comprar nada, porque ele hoje sabe que ele não vai conseguir segurar vender a questão da moradia Acho que isso é uma...

Uma coisa que a gente precisa ter muito clara. O desafio nosso é fazer implementar o TTC para que [00:44:00] ele realmente chegue nos territórios que precisam de alguma forma ser amarrados para não se perder o que é conquistado. A outra coisa que eu aprendi que estou aprendendo, que eu falei, não gosto de usar muito essa palavra, aprendi, a gente está sempre, todo dia está aprendendo, é lidar com essas diferenças que a diferença é, as pessoas não conseguem entender aquilo que eu estou entendendo, então acho que o grupo, as pessoas do TTC que estão vindo para cá, estão tendo essa sensibilidade de ouvir muito a comunidade, de fazer tudo.

Eu consigo até entender, até anotei aqui para falar, gente, que o TTC tem outras questões que são fundamentais, que é uma questão autogestionária que vocês

têm e eu ainda não ouvi ninguém colocar. E o que é isso? É fazer esse papel que vocês fazem. Uma reunião por mês que vem para cá e não vem para cá para discutir só a divisão ou não de terra.

Vocês estão trazendo para cá outras questões [00:45:00] que os territórios precisam. Vocês têm para cá uma equipe de advogados, tem o arquiteto, tem a equipe social, que vem e que faz esse trabalho muito bem feito conosco aqui. Claro que com as diferenças, a todo momento se tem e vai sempre se ter. Então, acho que isso também é um aprendizado para a gente.

Digamos que a gente se perdeu um pouco no tempo, e vocês trazem esse resgate. Nós tivemos um encontro na semana passada, e no encontro fizemos aquele varal só que não foi um varal no alto, foi um varal no chão. E aí a gente olhou, eu percebi lágrimas nos olhos de alguns companheiros e companheiras que resgataram a memória de Xangri lá naquele momento, quando a gente colocou algumas fotos, que eram para outros companheiros que estavam vindo para cá compreender da Costa Verde, da região serrana, da Baixada, que estavam aqui no encontro da União.

E isso fortaleceu muito a gente. Em alguns momentos fortalece, em outros entristece. Porque a gente sabe também que não está sendo fácil chegar para [00:46:00] fazer reunião e ter uma reunião extremamente esvaziada, mas acho que isso se dá no dia a dia. Eu acho que é um pouco isso em relação à tarefa à proposta que o TTC traz.

A minha ida, eu quero colocar um pouquinho bem rápido, Felipe e Tarsila, em relação à minha ida para conhecer a experiência de Porto Rico. E isso eu costumo dizer que no primeiro dia eu não consegui dormir, porque eu fiquei muito com aquela lembrança do que eu vi rodando as comunidades da tragédia que houve lá, da tragédia que houve aqui no Rio, e Shangri-La um pouco nesse mês, de poder conhecer essa experiência, contar da sua experiência.

Porque Shangri-La é uma cooperativa construída para 20... No primeiro momento era para atender 16 famílias e a gente atende 29 exatamente por causa de uma tragédia que houve, um enchente muito grande de Jacarepaguá, e a gente faz essa ponte de trazer outros [00:47:00] companheiros. Então, o primeiro dia de não dormir lá é porque parecia que eu estava sendo inundada ali também junto com aqueles companheiros.

E aí uma coisa que eu percebi é essa troca, essa troca muito concreta, uma troca diferente. E eu fiquei feliz da vida em saber que na equipe, no grupo que tiveram aqui, tinha uma companheira de lá que estava aqui e me reconheceu.

Então, isso para mim é ser o ganhei meu dia. Então, não é uma fala de fundo, de coração, de saber que essa troca está acontecendo.

Não é uma troca de que foi lá e viu, veio aqui e viu, e ficou por isso. A gente está conseguindo reproduzir essa perspectiva nossa de trabalho, da continuidade, de reprodução, da gente poder contar do que o TTC está transformando este espaço aqui. E aí, assim, inúmeros trabalhos estão acontecendo que acho que não cabe relacionar aqui.

Mas são coisas que estão mexendo [00:48:00] com as famílias estão mexendo com o território, estão fazendo alguns companheiros se mexerem, estão fazendo com que as pessoas comecem a refletir o que nós estamos colocando em relação à não especulação da terra. Nós temos grupo de moradia aqui que fica 15, 16 a Cláudia deve saber disso, até mais anos aguardando, e aí quando a gente vê que chega a uma terra, a gente vê na frente depois que recebe a moradia, as pessoas querendo vender então assim e tem uma outra coisa que eu gostaria de colocar Parfila, Filipe, todos que estão Jurema, só, desculpa rapidamente

Felipe Litsek: para encerrar

Jurema Constancio: Oi estou encerrando?

Só para me pincelar uma coisa rápida que eu acho que é assim o desafio maior para mim o desafio maior é implementar um TTC nas áreas do governo federal como vocês toparam o desafio de fazer no Grupo Esperança esse para mim é o maior [00:49:00] desafio hoje independente de Xangri lá é isso que eu queria colaborar, se tiver possibilidade se tiver troca, a gente vai falando mais um pouquinho tá bom?

Obrigada Com

Felipe Litsek: certeza, muito obrigado Jurema pelo seu relato e sim, a gente vai ter no final desse webinar um momento para interação com o público quem quiser saber mais sobre o caso de Xangri lá sobre o projeto, pode fazer perguntas a gente vai poder ter essa interação queria transmitir agora a palavra para a Cláudia Pires Cláudia, contar um pouco aí da sua experiência como você enxerga esse modelo a palavra está contigo

Claudia Pires: Bem, boa tarde a todos boa tarde é um prazer estar aqui, vou saudar a todos aí na professora da Tarsila Fidalgo minha colega aqui de várias lutas né Tarsila?

Eu acho que é importante aí reforçar que essa questão do TTC não é uma questão pacificada no país e eu gostaria até de fazer uma correção o primeiro TTC em lei [00:50:00] Foi feita em São João do Meriti, viu? Então, o Rio de Janeiro aderiu ao PT-Cerola a seguir, mas a gente conseguiu aprovar como instrumento não conseguimos implementar como prática, né?

Até hoje é uma luta, mas é um instrumento que já está constando no plano diretor de São João, que eu tive a oportunidade de fazer com a colaboração da Tarsila, né? E eu acho importante reforçar isso, porque é o município da Baixada Fluminense que tem uma população, né? Considerado um dos municípios mais densos da Baixada Fluminense, e ele tem uma questão histórica aí relacionada à precariedade da moradia, a um perfil socioeconômico bastante baixo por parte dos moradores, que necessitaria por parte do poder público constituído no município, uma atenção maior maior aos instrumentos inovadores da reforma [00:51:00] urbana.

Eu acho que essa discussão é uma discussão importante, inclusive nesses municípios hoje, que trabalham com essa discussão da moradia no contexto da emergência climática, da justiça ambiental, e eu acredito no PT-C como esse instrumento poderoso de dar acesso à população a essa questão. Bem, a esse direito, perdão Eu queria um pouco reforçar aqui, eu acho que a fala da Jurema, da Tarsila, do Filipe, que me antecederam, foram bastante felizes, E assim eu não vou ter muito trabalho de explicar aqui uma questão que eu gostaria de colocar em tela aqui como sendo fundamental.

No país patrimonialista, nós temos uma dificuldade muito grande ainda de transceder essa questão do direito de propriedade, em que se pese que nós falamos o tempo todo sobre reforma urbana, a reforma urbana, ela é [00:52:00] preconizada como um direito à cidade, para nós, arquitetos eu, no meu caso, direito à arquitetura, à assistência técnica, mas o que a gente tem observado ao longo do tempo é que, em que se pese que a Constituição Federal, de 1988, colocou como um preceito constitucional a função social da propriedade como sendo um direito social e o direito à moradia como direito social prevalecente, que torna inclusive, a questão da função social da propriedade na matéria constitucional ainda mais importante, nós temos ainda um desafio cultural, digamos até comportamental, para romper.

Quando a gente fala de propriedade coletiva, isso não está pacificado nem nos movimentos sociais. Se estivesse pacificado o programa de produção habitacional do governo federal chamaria-se Nossa [00:53:00] Casa, Nossa Vida, e não Minha Casa, Minha Vida. Nisso já está configurado inclusive, que era um dos pontos que eu queria colocar na minha apresentação, que eu achei

que não era importante colocar agora, mas eu acho que é importante a gente evidenciar na minha fala.

A gente luta pela reforma urbana. Quando a gente luta pela reforma urbana, a gente reconhece a função social da propriedade contida na Constituição Federal, mas, se a gente reconhece a função social da propriedade, por que a gente resiste tanto quando a função social da propriedade contempla o direito pela moradia que a gente luta tanto e que está dentro da Carta Constitucional?

Por que não é pacificada a discussão sobre propriedade coletiva nem nos movimentos sociais organizados? Por que todo mundo quer o título? Por que todo mundo quer o título de propriedade? [00:54:00] Por que todo mundo teme que o TTC seja um instrumento de relativização do direito da propriedade privada da terra?

Porque a gente não pode mascarar essa discussão, gente. Eu acho que é... Um risco inclusive, para o próprio instrumento. Nós estamos discutindo aqui questões muito... da tradição do direito administrativo brasileiro. Quando a gente fala dessa propriedade coletiva ou dessa propriedade relativizada, uma propriedade que é relativa em relação a esse direito último, absoluto da terra, nós temos sim muita dificuldade de incluir inclusive, essa discussão dos movimentos sociais organizados porque, se a gente tivesse essa discussão pacificada entre eles também, hoje a gente estaria trabalhando as figuras dos condomínios residenciais, os projetos de condomínios residenciais, com uma autoridade [00:55:00] absoluta em relação ao TTC, não em relação à propriedade privada.

A gente tem uma discussão importante para fazer com os movimentos sociais, porque, na luta pela propriedade moradia, nem sempre todos que estão nos movimentos sociais vão conseguir essa moradia no mesmo tempo. A Juliana falou aí, tem lutas de 15, 20, 30 anos. E a gente sabe que aquela pessoa que conseguiu sua casa, às vezes, abandona a luta e deixa o outro abandonado nessa luta, tentando conseguir se organizar para outras lutas coletivas, o que é uma injustiça, uma injustiça provocada inclusive, por esse modelo que a gente conseguiu adotar no país, de que quando se tem a propriedade, findam-se todos os problemas sociais.

E eu acho que é essa discussão que a gente precisa fazer e que ela tem que ter centro na luta pela [00:56:00] conquista do instrumento DTC como uma forma de socializar a terra, transformar essa terra num instrumento de promoção do direito à cidade, realmente, provocando todo aquele debate, recuperando todo aquele debate que foi feito pelos movimentos religiosos da reforma urbana lá na

década de 60 e que motivaram, inclusive, várias repressões a movimentos sociais que brigavam pela posse coletiva das terras.

A gente está num processo de, cada vez mais, de privatização do solo urbano e é no solo urbano que a gente faz as disputas mais acirradas em torno da questão do direito à cidade. Então, eu tenho, eu sou assessoria técnica em vários movimentos sociais de luta pela moradia e eu tenho sentido que esse debate, [00:57:00] ele não é um debate aderente na discussão a gente tem que ter muito cuidado inclusive, para propor posse coletiva em reúrbios, né, em regularizações fundiárias, os argumentos feitos para regularização fundiária geralmente estão associados à questão dos direitos de herança, portanto patrimoniais, e dos direitos e garantias da valorização da terra.

Bem, alguém que é beneficiado pelo direito à moradia, que está dentro da luta pela reforma urbana e direito à cidade, pensaria se não estivesse completamente contaminado por essa discussão da propriedade plena e absoluta em recusar o TTC como instrumento? Eu acredito que não. Às vezes, ter medo do instrumento por ser impedido entre aspas, de exercer [00:58:00] especulação imobiliária sobre uma área que foi objeto de conquista coletiva, e, portanto usou os preceitos da reforma urbana e do direito à cidade?

Essas perguntas são perguntas chaves. Para a gente avançar nessa discussão, né? Então, eu estou muito preocupada com isso, porque em todos os projetos que eu faço de promovimento de moradia, uma das propostas que está sendo evidenciada dentro dos trabalhos técnicos sociais, quando a gente discute inclusive, o condomínio urbanístico, né, ou as formas coletivas de apropriação de uma gleba, já que a gente sabe também que, pelo próprio valor da terra urbana, A gente precisa...

Otimizar o seu uso. Então, muitas vezes, a gente precisa verticalizar e transformar aquelas áreas em áreas bastante adensadas para que a gente possa absorver, dentro daquele empreendimento, o valor da terra urbana que está ali [00:59:00] avaliada, né? E eu falo isso porque grande parte das questões relacionadas à terra urbana no Brasil e o direito à moradia, os movimentos sociais têm tido acorá...

gente enfrentar conseguindo terra e as normativas do poder público no Minha Casa Minha Vida Identidade permitem que esses movimentos adquiram essa terra. Mas eu, o próximo passo, a partir da aquisição dessa terra, é que a gente coloque como pressuposto indiscutível nessas aquisições que a propriedade coletiva seja o centro dessa conquista.

Então, acho que essa discussão é uma discussão importantíssima para fazer agora, inclusive nas 16 mil unidades que estão sendo contratadas pelo governo federal em todo o país em relação ao Minha Casa Minha Vida Entidades.

[01:00:00] Em especial também aos edifícios de reuso, de retrofit, que são os edifícios que estão mais bem localizados em área central e, portanto sofrerão ainda mais com os ataques especulativos feitos, não ao coletivo mas às famílias em sua individualidade, porque o título também é dado a ela e ela, nesse caso, tem condição Ou acha que...

tem a liberdade absoluta de comercializar aquela unidade assim que ela acabar de pagar. Inclusive os modelos de financiamento imobiliário, eles, de certa forma, incentivam essa venda após os cinco anos ou dez anos de financiamento com recursos públicos subsidiados a quase 90% ou a 100% das pessoas que não têm direito a morar.

Não têm [01:01:00] direito, não têm condição de adquirir o crédito imobiliário. Naquelas onde... Eu vou finalizar, Felipe.

Felipe Litsek: Tá bom,

Claudia Pires: obrigado Só nas que têm... Vou falar só mais isso aqui. Nas que têm condição de utilizar também o fundo de garantia por tempo de serviço, portanto o recurso do trabalhador essa discussão também precisa ser feita.

Afinal, é um recurso social que foi colocado à disposição de empresários E da classe trabalhadora, para que ela possa garantir o acesso a uma política de crédito também subsidiada, mas que precisa de um extenso controle social e também de uma extensa garantia pelo direito relativo dessa propriedade privada.

Então, essas são as questões que eu queria colocar aqui como sendo centro dessa discussão desse webinar, agradecendo mais uma vez pela oportunidade de falar. falar sobre isso. [01:02:00] Obrigada.

Felipe Litsek: Obrigado a você, Claudine que agradeço por você ter topado participar. Acho que a Cláudia abre um olho muito importante para o que a gente tem de grandes desafios da implementação do TTC no Brasil.

Com certeza, discutir um modelo de propriedade diferente, coletivo que rompe com alguns paradigmas da propriedade clássica, como a gente está acostumado, não é uma tarefa fácil, acho que nós fomos colonizados pela propriedade privada individual, que capturou o nosso imaginário. Então, como a gente

discute outras ferramentas e mais como a gente garante uma política habitacional duradoura Não é verdade?

Então, se a gente tem uma política pública de produção de unidades, como a gente garante que elas fiquem permanentemente vinculadas à habitação de interesse social? Certo? Então Cláudia obrigado pelas reflexões. Queria passar a palavra agora para o Pedro, para [01:03:00] fazer a sua fala, trazendo a perspectiva de um pesquisador ligado à universidade como você tem enxergado, Pedro, todo esse movimento do TTC no Brasil.

Pedro Lima: Obrigado Felipe. É uma honra estar falando aqui depois de vocês. Queria agradecer pelo convite de novo. Eu estou doutorando agora na Universidade de São Paulo, sou arquiteto urbanista, doutorando em planejamento urbano e regional, e estou estudando já no finalzinho do meu doutorado, A ponto de entregar a tese eu estou estudando as experiências latino-americanas de propriedade coletiva e autogestão urbanas principalmente cooperativas habitacionais e termos territoriais coletivos, community land trust.

E eu separei aqui três pontos, que eu acho que são, ao mesmo tempo, avanços e desafios do TTC, tentando responder as perguntas que Felipe e Tarsila colocaram aqui para a gente como convidado. Acho que [01:04:00] a primeira está 100% aderente ao que a Cláudia colocou. Acho que o TTC tem avançado muito em conseguir pautar o debate de propriedade no Brasil, que eu acho que é um tema, como a Cláudia colocou, um tema super difícil.

E, assim, eu não vou entrar no ponto dos movimentos, porque acho que Cláudia e também Jurema já falaram bastante sobre isso, mas eu acho que, apesar de, no meu ponto de vista, a propriedade ser ela vai elemento central na crise habitacional, urbana ambiental social que a gente vive hoje. Eu acho que é um tema...

Muito, muito pouco discutido em termos de avançar para possibilidades alternativas de propriedade para além da propriedade privada individual e uma crítica radical à propriedade privada individual. Eu acho que a gente tem uma história de muito conflito urbano em torno da terra, que a propriedade é superimportante no campo, no Brasil, mas eu acho que no [01:05:00] urbano a gente avançou muito pouco para além da discussão da função social.

E eu acho que é uma discussão que era bem, que é uma discussão importante, mas é uma discussão que foi perdendo substância ao longo do tempo Hoje em dia o cumprimento da função social é uma coisa que está muito esvaziada de um

potencial insurgente, ainda que seja um recurso discursivo muito importante, principalmente para os movimentos que trabalham com ocupação.

E eu acho que dentro da universidade, falando do meu campo, da arquitetura e do planejamento urbano, muitas vezes a propriedade privada individual é tratada como um zero. Ela é naturalizada a tal ponto que a gente sequer considera ela como parte da discussão. Ela é um ponto de partida da discussão e não a parte do debate.

Enfim eu acho que também dentro dos debates acadêmicos sobre Autogestão, [01:06:00] aconteceu uma separação muito relevante entre a autogestão e a propriedade coletiva ao ponto que a gente tem muitos trabalhos acadêmicos que tratam de autogestão e que não tem uma palavra sobre propriedade que dirá a propriedade coletiva.

Então, tem uma ruptura aí entre autogestão e propriedade coletiva que Jurema e Cláudio, e muitos de vocês sabem que ressoa e é produto também da paisagem dos movimentos sociais. Jurema está aqui como um dos poucos movimentos no Brasil que pauta o tema da propriedade dos movimentos de moradia. Então, eu acho que o TTC tem avançado na medida que ele coloca esse debate, ele reaviva esse debate e, na medida que o projeto cresce, a gente sente que isso é um debate que volta a aparecer.

E aí a gente pode discutir se o TTC é propriedade coletiva, se o TTC é gestão coletiva da propriedade se tensiona a propriedade privada, se enfrenta se coexiste, se [01:07:00] complementa, não importa. O que eu acho que é mais importante é a gente estar discutindo isso. Então nesse panorama onde esse era um tema que estava praticamente esquecido, a gente ter voltado a trazer foco, trazer luz a isso, eu acho que é Superimportante.

E aí, adicionando uma coisa que a Cláudia colocou também, que eu acho que é superimportante, a gente, e eu acho que o TTC também tem tratado nessa linguagem, que é não tratar a propriedade coletiva ou formas alternativas de propriedade como uma limitação à propriedade coletiva. Mas sim como uma outra concepção de propriedade.

Eu acho que essa gramática não é só uma artimanha discursiva, mas uma forma de compreensão mesmo, porque a gente começa a desnaturalizar a propriedade coletiva como um direito absoluto, como um exercício de liberdade, como um exercício de cidadania, e, na verdade, a gente começa a entender ela como um bloqueio a isso, e não exatamente como algo [01:08:00] que é um condicionante para a liberdade, para a cidadania, mas um bloqueio e que outras

possibilidades de exercício da propriedade estão muito mais alinhadas com o direito à cidade, com cidadania com comunidade com gestão coletiva do território e com autogestão.

Então, acho que tratar de propriedade fortalece a autogestão. O segundo ponto que eu queria colocar é sobre como o TTC, ao pautar a propriedade, tem pautado a propriedade no sentido amplo e eu acho que isso é muito importante, para a gente entender que propriedade é mais do que papel, mais que lei, mais que escritura, é isso, mas é mais que isso, é exercício, é pactuação social, é acordo, é apropriação, são as formas de uso, as formas de gestão do território, a forma como o território é apropriado. A história do território, como os processos comunitários se deram no território e como as comunidades desejam coletivamente [01:09:00] dispor do futuro do seu próprio território então, eu acho que um avanço muito importante, que também é um desafio na medida que essa é uma discussão muito difícil, porque nessa naturalização da propriedade nessa redução da ideia de propriedade à propriedade individual, também tem uma redução da ideia de propriedade à propriedade como direito de vender, o direito de dispor, e eu acho que na medida que o TTC, o projeto TTC e o instrumento TTC tem chegado no Brasil como instrumento de planejamento comunitário, ele também ele de propriedade mas ele trata de propriedade num sentido amplo.

Tem uma história que o Felipe e a Jurema me contaram, eu queria muito estar presente nessa situação, mas eu não pude estar, porque eu estou aqui em São Paulo, então, estar sempre em Xangri-Lá não é fácil, mas de que o processo de construção do estatuto e do regramento de Xangri-Lá na transição de cooperativa para TTC foi um processo de discutir que modelo de propriedade a comunidade queria [01:10:00] e quais eram os benefícios e os malefícios de ter uma propriedade privada individual. Em que cada um era livre para dispor da sua unidade como quisesse e, no outro extremo quais eram os benefícios e quais eram os problemas de ter um regime de propriedade em que a disposição estava toda condicionada ao coletivo e que não se podia vender, alugar em hipótese alguma.

Acho que esse tipo de dinâmica que foi adotada para chegar a um estatuto mostra como o foco não é só no resultado e na materialidade do estatuto, mas no processo de constituição dele. E acho que isso é propriedade no sentido amplo. É discutir é se apropriar do estatuto, é construir junto o estatuto e entender que tipo de processo de gestão que tipo de processo de apropriação e que tipo de acordo vai ser construído coletivamente, porque se é só um papel, mesmo que ele seja um papel que diga que a propriedade é coletiva, isso [01:11:00] não tem

sustentabilidade social, isso não tem base, isso não tem coesão, isso não tem apropriação social.

E Shangri-La conta uma história também de que se a comunidade conseguiu se sustentar como uma cooperativa nessa informalidade nessa confusão jurídica, com pouquíssimas tentativas de venda e de...

de apropriação privada do que foi construído coletivamente, foi porque tinham uma compreensão porque o processo de construção e o processo de formação da comunidade foi muito rico. Então acho que um segundo avanço muito importante do TTC é tratar de propriedade como prática, como uma questão ampla e como uma questão que não se trata só de norma mas também se trata de prática de exercício de acordo, de apropriação.

E o terceiro ponto que eu queria trazer é sobre o [01:12:00] percurso do TTC, que eu acho que é muito rico e muito interessante imaginar que se traz para o Brasil uma ideia de um instrumento que tem uma história super bonita nos Estados Unidos, de comunidades negras em diáspora, que depois vai para Porto Rico, já como uma primeira tentativa de adaptação para a realidade do sul global, que é muito diferente.

E eu acho que um avanço e uma questão muito importante do TTC é de buscar construir um modelo brasileiro de Community Land Trust. E como um bom modelo de um instrumento para apropriação popular, para uma realidade tão complexa como a nossa, esse modelo precisa ser o mais flexível, precisa ser o mais amplo e precisa ser o menos cristalizado possível.

Então, acho que aí está um avanço porque isso tem sido feito, mas um desafio porque não é fácil. Também esse balanço entre construir uma matriz, entre construir uma delimitação coerente do que é [01:13:00] o instrumento mas que ele seja suficientemente aberto para a diversidade de situação que a gente tem no Brasil, que a gente tem na América Latina e que a gente tem no sul global.

Tanto situações de tipologias e de paisagens diversas, a gente tem visto o TTC sendo útil e sendo apropriado por... Por antigas cooperativas por cooperativas novas, por associações por favelas por ocupações super recentes por ocupações de prédios, e também para dialogar com a diversidade de paisagem sócio-jurídica que a gente tem no Brasil.

E aí eu falo tanto desses desafios legislativos que a gente tem, enormes quanto a cultura arraigada dos técnicos que vão trabalhar com a regularização desses lugares, com a titulação desses lugares, mas também com a diversidade de

conflito nos territórios que a gente tem, seja territórios atravessados cada vez mais por regimes de controle armado, por [01:14:00] ilegalismos por negócios que estão flertando entre o lícito e o ilícito, do qual a terra e a moradia são cada vez uma parte mais importante.

Então eu acho que a capacidade do TTC em ser aberto e a concepção dele desde o princípio no Brasil como um modelo que hackeia as estruturas, tanto para se apropriar dos instrumentos que já tem, para construir com o já tem, ou para ocupar as brechas dos instrumentos que já estão colocados, usando a linguagem da propriedade para tensionar a propriedade individual, eu acho que isso é uma potência e acho que isso é um caminho muito importante.

E, para... terminar, eu acho que nesse percurso de um modelo ser aberto, Um avanço muito interessante, eu já estou acompanhando o TTC já, não sei, uns quatro, cinco anos, de ver sempre gente nova [01:15:00] chegando, tanto técnicos quanto novos pesquisadores, como professores mais antigos que trabalhavam com regularização de outro jeito, que começam ver agora o TTC como uma possibilidade de movimentos que enxergam no TTC uma possibilidade de conversão dos territórios que eles já têm, ou com uma possibilidade para as coisas que eles estão construindo.

Eu acho que isso vai fazendo cada vez mais que o TTC deixe de ser um modelo do projeto TTC, mas um modelo que vai se construindo por todos os parceiros que vão aparecendo juntos. E eu acho que isso é uma potência, eu acho que tem se avançado muito nisso, e que o sintoma disso é ver cada vez gente nova se interessando pelo modelo, gente que vai, gente que vem, porque não é fácil, os caminhos não são...

lineares. E esse é um desafio central, estudando outros modelos em outros países em que a participação de organização de terceiro setor de assessoria técnica, é sempre um balanço muito [01:16:00] difícil para essas organizações como a CONCAT, como o projeto TTC, construir relações com movimentos que sejam baseadas na parceria e não na dependência.

Então eu acho que isso é um desafio mas acho que na medida do que eu acompanho me parece também ser um avanço e uma preocupação muito importante aí de novo a gente volta na autogestão como propriedade coletiva e autogestão se relacionam e como a gente tem ao mesmo tempo que a gente tem um avanço da autogestão que não acompanhou a propriedade coletiva eu enxergo em alguns outros lugares também que a gente tem avanços em outros modelos de propriedade que tentam romper com a propriedade individual mas que muitas vezes não tratam de autogestão não tratam de protagonismo dos

movimentos então eu acho que aí também a gente tem um avanço importante mas também um desafio para continuar fazendo isso porque realmente não é uma tarefa simples é uma tarefa complexa e uma tarefa que se faz na medida em que se caminha [01:17:00] de novo queria agradecer pelo convite por estar aqui falando depois de vocês todos e cada vez mais feliz por estar participando de eventos maiores com mais gente com mais amplitude e o TTC reverberando cada vez mais não só no Brasil e também trazendo a experiência brasileira que tem muito a ensinar a vocês que estão vendo a gente de outros Países, acho que a gente já construiu uma história legal aqui no Brasil que a gente não está só aprendendo com o que vem de fora a gente também está começando a transmitir os aprendizados dos nossos percursos aqui.

Felipe Litsek: Valeu Pedro muito obrigado aí pelo seu relato pela parceria exatamente isso que nós buscamos é que as pessoas se apropriem do modelo, as comunidades se apropriem que seja uma ferramenta à disposição para tantos agentes e pessoas no Brasil e o movimento do TTC é diverso e o movimento global do TTC é bastante diverso também e ele está bastante representado aqui [01:18:00] nesse evento e nessa iniciativa pessoal, queria agora convidar o público a fazer perguntas pelo box de perguntas e respostas aqui no chat enquanto as pessoas vão fazendo eu queria registrar uma pergunta que saiu no chat essa pergunta vai um pouco para a Tarsila mas é uma pergunta do Carlos Basílio, presidente da Associação Comunitária da Cobra Coral Carlos, um prazer estar aqui com você obrigado pela sua presença alguns elementos da pergunta são muito específicos sobre o caso lá, então a gente convida Carlos a marcar uma reunião depois para esclarecer e continuar essa conversa mas passando Para a Tarsila aqui, são três elementos Tarsila primeiro ele pergunta se o TTC é só sobre moradia o que fazer em comunidades que tem uma dimensão religiosa cultural, identitária forte o TTC pode capturar esses elementos [01:19:00] Depois ele pergunta se após a instituição do TTC existe alguma previsão de apoio público ou institucional para a entidade gestora do TTC.

E por fim, como fazer em relação às famílias que não atendem os critérios de entrada no TTC ou famílias que não desejam ser incorporadas ao TTC? É possível fazer uma inclusão posterior? Como tratar esses casos? Então passo para você, Tarsila, para responder o Carlos e reforço o convite a quem quiser fazer mais perguntas aqui no nosso chat.

Tarcyla Fidalgo: Carlos, que prazer ter você aqui. A gente já tem uma conversa agendada amanhã, mas respondendo suas perguntas que são muito importantes, obrigada por colocar aqui, dar a oportunidade de a gente falar mais um pouquinho. Vamos lá, primeiro se o TTC é só moradia? Não. O TTC tem

exatamente essa característica da flexibilidade que o Pedro [01:20:00] trouxe e ele dialoga, na verdade, com todas as questões que envolvem uma comunidade.

Então ele pode tratar de aspectos culturais, religiosos, agroecológicos de soberania alimentar, enfim. Nós temos exemplos pelo mundo de TTCs que, por exemplo têm um papel muito relevante na proteção. De bacias hidrográficas ou que têm um papel muito relevante na soberania alimentar enfim. Na preservação de traços culturais das suas comunidades e aí, em especial, os TTCs que atendem público imigrante.

Nós temos bastante no norte global. Então, definitivamente não é só para moradia. A segunda pergunta sobre a entidade gestora. Não, não tem a previsão Não tem de nenhum apoio embora a gente saiba que esse apoio seja relevante, mas existem várias maneiras [01:21:00] de fazer com que o TTC tenha o que a gente chama de sustentabilidade econômica, que é exatamente essa capacidade de dar conta Da sua gestão, de remunerar as pessoas que participam, enfim, de criar uma estrutura de gestão um pouco mais profissional.

E isso pode acontecer, seja com o aluguel de espaços na comunidade pelo TTC, de espaços comuns, seja com algum tipo de colaboração mensal dos moradores, seja com a instituição de um retorno para o TTC de um determinado valor, no caso de transações com as casas no caso de venda, enfim. Tem uma série de possibilidades e cada comunidade vai ter um caminho preferencial a seguir ou não.

E é claro que não está excluída a possibilidade de acionamento de uma rede internacional que existe de TTCs e que pode também, sem [01:22:00] dúvida ajudar a iluminar um pouco os caminhos sobre essa questão da gestão. A última pergunta é sobre as pessoas que não querem. Essa é uma pergunta clássica que a gente recebe, é claro, porque se a gente dependesse de todo mundo, cada família, de uma comunidade, com, às vezes, a gente está falando, em Porto Rico, por exemplo, são 8 mil famílias.

Se a gente tivesse que todas elas concordarem, a gente ia ter muita dificuldade de aplicar de fato, o instrumento porque, é claro, as pessoas pensam diferente, às vezes, Você tem até questões... Tem de brigas internas que fazem com que, se um vizinho decide por A, você vai decidir por B, mesmo que você, enfim, nem saiba muito bem o que está acontecendo, mas você não vai seguir aquele caminho.

Então, a gente sabe que os conflitos são vários. E uma das características do TTC, das características centrais, independente se a gente está falando de um

TTC nos Estados Unidos, no Brasil, em Porto Rico, no Quênia, [01:23:00] uma das características centrais é a adesão espontânea. As pessoas que aderem ao TTC, elas têm que, de fato fazer isso de maneira consciente espontânea, compreendendo o que está em jogo, compreendendo o que se está abrindo mão e o que se está ganhando com a adesão ao modelo.

E ele não pode ser obrigatório, porque, senão ele perde a razão de ser. Quando a gente diz que a gente depende da mobilização popular, que a gente tem toda essa dimensão da autogestão que foi destacada aqui pelo Pedro, pela Jurema, se a gente não tem a concordância é óbvio que a pessoa tende a não querer participar.

Ela está contrariada Ela contrariada naquele arranjo e não é isso que a gente deseja. Mas o que acontece, então, com quem não quer? Quem não quer vai participar do processo de regularização fundiária a partir da legislação brasileira, normalmente, como qualquer outra pessoa, vai receber seu título e vai, enfim, ficar ali como se o TTC não existisse.

Só que... [01:24:00] Ainda assim o TTC tem um potencial muito grande de proteger a comunidade como um todo. E aí eu sempre costumo trazer o exemplo de Porto Rico que é nosso exemplo mais bem sucedido no sul global, onde nós temos uma comunidade de 8 mil famílias que 2 mil aderiram ao TTC. Então você tem um quarto das famílias E mesmo assim o TTC conseguiu garantir a permanência da comunidade.

E como é se dá essa mágica? Na verdade quando você tem um quarto das famílias aderindo, você não está falando necessariamente de um quarto do território. Você está falando de famílias espalhadas por todo o território da comunidade. E o simples fato de você ter famílias espalhadas, de você ter terras espalhadas naquela comunidade pertencentes ao TTC, já tem uma capacidade de afastar, de inibir a especulação imobiliária.

Porque nós sabemos que os agentes imobiliários eles têm a [01:25:00] pretensão de adquirir grandes lotes de terra para construir outros empreendimentos que não moradia popular, que não moradia unifamiliar, enfim. Então o objetivo deles não é comprar uma casa e um terreno O objetivo deles é comprar 20 casas e 20 terrenos contíguos um do lado do outro, para lembrar tudo, Ter uma área grandona e fazer um shopping center, ter um condomínio de alta renda o quer que seja.

E quando você tem essas casas salteadas, dificilmente ele vai conseguir fazer isso, porque ele vai esbarrar em alguma casa, em alguma família membro do

TTC. E com isso, você acaba inibindo esse peso da especulação imobiliária. Além disso, a gente sabe, né, Jurema trouxe aí a minerice dela, a gente sabe que tem muita gente que também, assim, não, eu não vou entrar de cara nisso, porque eu não sei se isso vai dar certo, eu vou esperar aqui para ver o que vai acontecer.

Então, sim, é possível que as [01:26:00] pessoas entrem posteriormente não tem nenhum impedimento que isso aconteça. Claro, vai ter ali um procedimento cartorário, provavelmente isso vai implicar em algum custo que a gente espera que o TTC seja capaz de absorver dentro dessa ideia da sustentabilidade econômica que eu acabei de falar, mas é possível sim, que posteriormente as pessoas decidam por aderir ao modelo.

Felipe Litsek: Obrigado Tarsila, e Carlos, reforçar que se você quiser ter uma reunião, uma conversa responder dúvidas mais específicas sobre o caso da cobra coral, a gente está à total disposição. Estou vendo aqui que não temos mais perguntas e a gente está se aproximando do fim da nossa live, queria, nesses minutinhos finais, ver se vocês querem fazer um fechamento uma consideração final de não [01:27:00] mais que um minuto, então vou passar a palavra para cada um de vocês e também se quiserem dar uma mensagem para esse movimento global dos 36, que parte dessa iniciativa desse webinar, faz parte dessa rede global.

Então vou chamar ao contrário, começar com o Pedro para uma consideração final, para a gente fazer um fechamento do evento. Pedro, está contigo.

Pedro Lima: Bom, queria só agradecer mesmo pela oportunidade de estar aqui, acho que eu tenho muito mais a aprender com vocês do que a mensagem a passar, acho que tudo que eu pude falar aqui foram coisas que eu aprendi por estar nesses espaços, então minha mensagem é só de agradecimento de honra por estar aqui, falando depois das duas mineiras como eu, a Jurema quase mineira, a Cláudia mineira da Gema, enfim, só Agradecer, foi muito legal e obrigado por estar aqui, pela oportunidade de ouvir as falas de vocês também, foram muito legais legais muito importantes.

Felipe Litsek: [01:28:00] Valeu Pedro. Cláudia, vai lá.

Claudia Pires: Também queria agradecer e queria falar que foi muito rico ouvir e também contribuir para essa experiência aqui, de falar sobre os 36, agradecer mais uma vez a Concate pela confiança, pela parceria em todos os trabalhos, eu coloquei também no chat do Webinar alguns dados aí sobre uma campanha que eu coordeno no Brasil, para que a gente possa ter TTCs com assistência técnica

nos moldes da lei 11.888 de 2008 em 5.570 municípios brasileiros, e que a propriedade privada absoluta seja um item de museu no Brasil, se culturalmente a gente conseguir quebrar o paradigma dessa propriedade absoluta.

Então obrigado mais uma vez.

Felipe Litsek: Obrigado Cláudia. Jurema?

Jurema Constancio: [01:29:00] Eu vou tentar falar aqui sem o barulho de baixinho, que acabaram de chegar da creche, né? Obrigada Como são três, estão botando fogo no circo. Mas vamos lá. Então, também quero agradecer por esse espaço. A cada hora que a gente se encontra, eu acho que a gente recebe mais notícias boas.

Destaco o Pedro, com a Cláudia que são companheiros da luta, do movimento de moradia da luta acadêmica. E dizer que eu venho reproduzindo o TTC onde eu posso falar sobre, eu falo e essa conquista nossa aí, Cláudia uma hora vai chegar, para a gente compreender e fazer essa discussão que os movimentos consigam compreender.

Porque é muito difícil quando você tem um movimento na luta por moradia e que ele comeu não comeu o giló e não quer comer. Então, quero dizer o seguinte, a luta de movimento precisa ser compreendida e da seguinte forma, compreender o que significa o TTC. Tem gente chamando de PCC, e [01:30:00] a gente fala que não é uma sigla é de São Paulo, é do Rio de Janeiro, por enquanto está aqui no Rio de Janeiro, mas é o TTC.

Então, a todo momento, a gente tem que estar esclarecendo, trocando aí, o pessoal trocando a sigla, achando que nós somos aí o comando da vida, mas

Felipe Litsek: somos

Jurema Constancio: o comando do bem. Então, é isso, gente. Muito obrigada mais uma vez pela participação pelo convite. E estamos às ordens quem quiser conhecer a Xangri lá, está aqui aberto ao público.

Felipe Litsek: Obrigado Jurema. Espero que ninguém faça essa confusão mais de PCC para TTC Vou passar para a Tarsila, para também essas considerações finais

Tarcyla Fidalgo: Bom, gente, eu quero muito agradecer. É sempre um prazer estar aqui podendo falar um pouquinho dessa experiência que também tem se confundido um pouco com a minha jornada de vida.

Então, eu costumo dizer que o TTC é a [01:31:00] minha colaboração para o mundo, muito voltada a trazer uma perspectiva nova, que, na verdade, não é nova, mas de trazer, retomar a perspectiva da moradia enquanto um direito e não como mercadoria, da terra como um direito e não como uma mercadoria. A terra não foi produzida pelo homem, ela não pode ser uma mercadoria.

Ela é dada a nós e tem que ser vivida em comunidade. Acho que isso fica muito claro quando a gente vê as populações tradicionais aqui no Brasil, os quilombolas, os ribeirinhos, enfim. Então eu... Eu acho que essa é a principal lição que fica, a principal mensagem. E para quem está nos assistindo de outros países e que acha que é muito difícil começar, que fique aí um pouco a inspiração de que é claro que tem desafios sempre vai ter, mas a gente sempre encontra bons [01:32:00] parceiros de trincheira de luta, como a gente tem aqui nessa tela.

E vale a pena vale a pena trazer o debate, Vale a pena insistir para que a gente, no futuro, possa mudar alguma coisa. É isso, obrigada.

Felipe Litsek: Obrigado Tarsila. Bom, gente, então, vou, antes de encerrar o evento, dar pequenos recados, convidar a todos para acompanharem os outros eventos desse encontro virtual global do Termo Territorial Coletivo o link está aqui no chat.

Dizer também que nós, do Projeto TTC no Rio de Janeiro, acabamos de receber, praticantes de TTCs de todo o mundo, num encontro global sediado no Rio de Janeiro, o primeira edição desse encontro, uma experiência fantástica de fortalecimento do movimento global dos TTCs e nós temos divulgação desse encontro nas nossas redes sociais, e em breve vamos ter outros produtos para quem quiser saber mais o que [01:33:00] aconteceu, e também convidar a todos para acessarem as nossas redes, o nosso site, e acompanharem o andamento andamento projeto.

Lá no nosso site vocês podem se inscrever para receber comunicações, para participar do nosso grupo de trabalho, da nossa mala direta. Então, nosso projeto é aberto, a gente está sempre recebendo contribuições do público, então a gente espera contar com vocês para o futuro. Com isso, a gente encerra o nosso webinar, agradecer a todos pela presença e desejar uma ótima semana para todos, Seja de onde vocês estiverem.

Escutando. Acho que é isso, né Ben? Mais alguma coisa? Então tá certo Pessoal um abraço e até mais.